

# Governo afia a tesoura do ajuste fiscal

Economia - Brasil

Fernando Bizerra Jr. - 20/9/99

UGO BRAGA

BRASÍLIA - Quem tem dívida em dólar vencendo nesta semana que se prepare. Até que o Ministério da Fazenda torne públicas as medidas que tomará para compensar o dinheiro que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou ao governo - o da contribuição dos servidores ativos e aposentados -, a taxa de câmbio funcionará como panela de pressão. E vai acusar toda a desconfiança gerada no exterior pelo buraco no ajuste fiscal do ano 2000.

"Todo o mercado financeiro sabe que o Brasil tem um problema crônico na Previdência e que a conta será paga pelo resto da sociedade", diz o economista Rodrigo Campos, do Banco Fleming Graphus. "O impacto desta percepção será todo no câmbio", arremata.

Significa que os investidores externos, desconfiados, deverão frear suas aplicações no Brasil até que a solução para tapar o buraco de R\$ 2,34 bilhões no ajuste fiscal do próximo ano seja conhecida. Se a oferta de dólares cair, o preço da moeda norte-americana vai aumentar. E o ministro da Fazenda, Pedro Malan, já avisou que as medidas poderão ser divulgadas até o fim da semana.

**Conta salgada** - A alta imediata do dólar será apenas a primeira consequência da derrota do governo no STF. Como não poderá arrecadar dinheiro de onde queria, ou seja, do bolso dos servidores ativos e aposentados, o executivo vai mandar a conta para o resto da sociedade.

O que não se sabe ainda é se os R\$ 2,34 bilhões sairão integral e diretamente dos bolsos dos brasileiros, por meio de mais impostos, ou se o dinheiro será amealhado das obras públicas que deixarão de ser executadas no próximo ano. Qualquer que seja a solução, haverá consequências na economia.

"Se o governo simplesmente cortar despesas, terá problemas por causa da pressão política num ano eleitoral", avalia Odair Abate, economista-chefe do Lloyds Bank. "Se aumentar impostos, estará mandando a conta para as pessoas físicas ou para as empresas. Ou seja, diminuirá a renda disponível para consumo ou retirar competitividade da produção". **Saída malévola** - Em qualquer um dos casos, a saída será malévola no que diz respeito ao nível de emprego na economia. Ao cortar obras públicas, a tesoura da equipe econômica estará levando junto todos os empregos gerados com a despesa, além de emperrar a construção da infra-estrutura produtiva, programada no Orçamento da União.

Se aumentar os impostos e diminuir a renda agregada da população, vai afetar o ritmo da atividade econômica - a velocidade com que se produz, distribui e vende dentro de uma economia - e por tabela a criação de empregos. E tributando as empresas, afetará a atividade e a capacidade de exportação, além, claro, da geração de empregos.

O economista Carlos Antônio Magalhães, da consultoria Sirotsky Associados, prega um rumo mais consistente para o ajuste fiscal. Reconhece a necessidade de ter as contas públicas saneadas. Mas lembra que o déficit da Previdência, ponto fraco do ajuste, precisa ser atacado em todas as frentes.

"Não adianta consertar a pia se o cano continua furado", compara. Magalhães lembra que o regime geral de previdência, o INSS, saiu de uma situação normal para deficitária nos últimos nove anos e pode explodir em quatro anos. "Eles planejam as reformas, mas esquecem da sonegação, das fraudes, da falta de fiscais, das empresas que há anos não pagam a contribuição previdenciária dos funcionários", aponta.



*Lopes crê que os investimentos diretos não sofrerão com o buraco aberto no ajuste fiscal*

## ACERTO DE CONTAS

### ACORDO

O Congresso aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano 2000 incluindo um superávit primário (receita maiores do que despesas, exceto gastos com juros) equivalente a 2,65% do PIB, ou cerca de R\$ 25 bilhões, para o governo federal. É o mesmo número usado nos termos do acordo do empréstimo-socorro de US\$ 41,5 bilhões assinado pelo Brasil com o FMI.

### PLANOS

Para atingir o resultado, o governo diminuiu ao máximo seus gastos

em programas e obras públicas. E planejou uma série de medidas para aumentar suas receitas.

### PROBLEMA

Uma das medidas no lado das receitas era cobrar 11% da pensão de servidores públicos aposentados e criar uma escala para aumentar a contribuição previdenciária dos servidores da ativa. Conseguiria, com isso, R\$ 2,34 bilhões, quase 10% do esforço fiscal previsto na LDO e no acordo com o FMI.

### STF

Os servidores entraram com uma ação contra a medida no Supremo

Tribunal Federal. Na quinta-feira, o STF decidiu que os servidores estão certos e que o que o governo propõe é inconstitucional.

### SOLUÇÃO

A equipe econômica está estudando e prometeu entregar uma série de medidas até sexta-feira, pelas quais o governo vai arrecadar os R\$ 2,34 bilhões que faltam para o ajuste fiscal do próximo ano. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já avisou que poderão ser cortes de gastos públicos ou aumentos de impostos. Ou os dois somados.